

Conferência Espacial das Américas insta países da região a participarem do esforço para criação de competência nacional no uso de dados de satélite

A meta é levar os países latino-americanos a apresentarem na próxima reunião do Comitê das Nações Unidas sobre Espaço, em 2007, suas demandas na construção em cada país da infra-estrutura necessária para recepção, análise e uso de informações geoespaciais indispensáveis ao desenvolvimento nacional

A V Conferência Espacial das Américas encerrou-se na sexta-feira, em Quito, Equador, após quatro dias de atividades dedicadas à discussão de temas relacionados com o Direito Espacial (regulamentação internacional das atividades espaciais), educação espacial e acesso ao conhecimento, telemedicina e epidemiologia, prevenção e mitigação de desastres naturais, proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural.

O encontro realizou-se com a participação de 16 países das três Américas e oito países observadores (de outros continentes) e organizações internacionais, como a Agência Espacial Europeia e o Centro Europeu de Direito Espacial, bem como com o apoio do Escritório das Nações Unidas para Assuntos do Espaço (OOSA na sigla em inglês), com sede em Viena, Áustria.

Entre os países observadores estavam a China e o Japão. Entre os países da região que estavam sendo esperados e não compareceram cabe citar a Bolívia, o Canadá, a Nicarágua, El Salvador, Honduras.

Equador, Colômbia, Venezuela, Argentina, Chile, Peru, EUA e Brasil estiveram entre os mais ativos.

Um dos temas mais comentados durante a V Conferência foi a proposta lançada pelo chefe da delegação do Brasil, Sergio Gaudenzi, presidente da Agência Espacial Brasileira, de construção de um satélite científico por todos os países interessados da América Latina.

A tarefa de levar adiante esse projeto cabe à Secretaria Pró-Tempore da Conferência, sua instância prática, a cargo do Ministério de Relações Exteriores do Equador nos próximos três anos, até a próxima Conferência, a realizar-se na Guatemala, em 2009.

O Comitê de Direito Espacial da Conferência salientou a apresentação brasileira sobre a relação entre o Direito Espacial e o Direito ao Desenvolvimento.

O ponto 2 de seu relatório recomenda: "Destacar a crescente interrelação entre o Direito Espacial e o Direito ao Desenvolvimento, e, em consequência, exortar aos Estados da região a apresentarem na próxima reunião, em 2007, do Comitê das Nações Unidas para o Uso Pacífico do Espaço Exterior (Copuos), suas demandas, interesses e áreas de cooperação, para fortalecer a competência nacional associada à recepção, análise e uso

de dados geoespaciais necessários à execução de programas de desenvolvido sustentável de seus povos”.

Da mesma forma, o Plano de Ação aprovado pela Conferência incluiu entre as atividades programadas a de “instar os Estados da região a participarem ativamente das discussões que terão lugar no Comitê das Nações Unidas para o Uso Pacífico do Espaço Exterior (Copuos), em 2007, sobre o projeto apresentado pelo Brasil com amplo apoio, intitulado “Cooperação Internacional na Promoção do uso de dados geoespaciais para o desenvolvimento sustentável”.

Do Plano de Ação também consta o compromisso de “promover o desenvolvimento de uma estratégia de cooperação regional entre a Conferência Espacial das Américas e o Centro Regional de Educação em Ciência e Tecnologias Espaciais para a América Latina e o Caribe (Cretealc)”.

O Cretealc, situado no Brasil (no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, em São José dos Campos, SP) e no México, tem por objetivo organizar atividades e cursos sobre temas espaciais importantes para a América Latina e o Caribe, como o sensoriamento remoto e outras tecnologias espaciais.

No Brasil, o Cretealc é dirigido por Tânia Sausen, do Inpe.

A Conferência Espacial das Américas surgiu no início dos anos 90, com vistas a fomentar o uso pacífico do espaço exterior, segundo o ideário das Nações Unidas.

A I Conferência teve lugar em San José, Costa Rica, em 1990; a II, em Santiago de Chile, em 1993; a III, em Punta del Este, Uruguay, em 1996; e a IV, em Cartagena de Índias, Colombia, em 2002.

A pergunta que ficou no ar, ao término da V Conferência, é se haverá, de fato, vontade política e determinação para se implementar a idéia levantada pelo Brasil de construção conjunta de um satélite científico, com a participação (por pequena que seja) do maior número possível de países da região.